



## POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO NAS ESCOLAS

Prof. Tiago S. de Oliveira  
[psicotigl@yahoo.com.br](mailto:psicotigl@yahoo.com.br)  
[www.professortiago.jimdo.com](http://www.professortiago.jimdo.com)  
[www.greatlive.jimdo.com](http://www.greatlive.jimdo.com)

## EDUCAÇÃO É UM DIREITO!

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988, art. 5º)

## EDUCAÇÃO RESPONSABILIDADE DE TODOS!

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (Art. 211 da Constituição Federal de 1988)

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
  - II - universalização do atendimento escolar;
  - III - melhoria da qualidade do ensino;
  - IV - formação para o trabalho;
  - V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
  - VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
- (Constituição Federal de 1988, art. 214)

## SISTEMA ARTICULADO DE EDUCAÇÃO

A expressão Sistema Nacional Articulado de Educação, tema central da Conferência Nacional da Educação (Conae/2010), refere-se ao processo constituinte da forma de organização da educação. Assim, o Sistema Nacional de Educação é entendido como mecanismo articulador do regime de colaboração no pacto federativo, que preconiza a unidade nacional, respeitando a autonomia dos entes federados. (CONAE, Documento final)

## SISTEMA ARTICULADO DE EDUCAÇÃO

O Sistema Nacional de Educação assume, assim, o papel de articulador, normatizador, coordenador e regulamentador do ensino público e privado e financiador dos sistemas de ensino públicos (federal, estadual/DF e municipal), garantindo finalidades, diretrizes e estratégias educacionais comuns, mas mantendo as especificidades próprias de cada ente da federação. Em tal sistema, os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais, com gestão democrática, são fundamentais para a supervisão e manutenção das finalidades, diretrizes e estratégias comuns. (Documento final da CONAE/2010)

## LEI DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL LEI FEDERAL Nº 9394/96

### TÍTULO I

#### DA EDUCAÇÃO

Art. 1º . A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

## ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil se organiza da seguinte forma:

Níveis	Etapas	Modalidades
Educação Básica	- Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio	- Educação Especial - Educação de Jovens e Adultos - Educação Profissional Técnica
Ensino Superior	- Graduação - Pós - graduação	- Ed. a distância

## A CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O PRÓXIMO DECÊNIO

- PLnº8.035/10, "...principal agenda no campo da educação para o Brasil" (**deputada Fátima Bezerra – PT/RN, presidente da Comissão de Educação da Câmara**)
- "...o governo apresentou uma proposta a ser melhorada, e ela será, com certeza." (**Prof. Francisco das Chagas, coordenador da CONAE e do FNE**)

## O QUE É O PNE II?

- Projeto elaborado pelo MEC e enviado ao Congresso em dezembro passado (PL 8035/2010).
- Levou em conta um processo de mobilização social demais de dois anos, que envolveu cerca de 3,5 milhões de pessoas, 450 mil delegados, cerca de 2% da população do país, culminando nas deliberações da 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010.
- O PNE é uma legislação com 12 Artigos, 10 Diretrizes, 20 Metas com as respectivas Estratégias Metas e Diretrizes amparadas num percentual de 7% do PIB

## CRÍTICAS DA UNDIME AO PL 8035/2010

- As limitações de financiamento que inviabilizam o cumprimento das metas,
- A ausência de metas intermediárias que permitam monitorar a implementação do Plano
- A falta de definição do papel de cada ente federado
- "Apenas 20% dos 5.565 municípios brasileiros possuem arrecadação própria, reforçando a defesa de que é preciso destinar mais recursos da União para educação no Brasil".

## EMENDAS AO PL 8035/2010

- **Aproximadamente 2.905 emendas.**

## EDUCAÇÃO BÁSICA

Número de Matrículas de Educação Básica, por Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação - 2005

Unidade da Federação	Matrículas de Educação Básica				
	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	56.471.622	182.499	23.571.777	25.286.243	7.431.103
Norte	5.351.934	15.612	2.260.379	2.731.627	344.316
Nordeste	18.322.772	53.773	5.683.908	10.541.722	2.043.369
Sudeste	21.709.637	71.062	9.998.921	8.112.877	3.526.777
Sul	7.162.973	28.406	3.573.675	2.630.823	930.069
Centro-Oeste	3.924.306	13.646	2.054.894	1.269.194	586.572

Fonte: INEP/MEC

## EDUCAÇÃO BÁSICA

Número de Matrículas na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação - 2009

Unidade da Federação	Matrículas na Educação Básica				
	Total	Localização / Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	52.580.452	217.738	20.737.663	24.315.309	7.309.742
Norte	5.177.584	22.401	2.097.630	2.708.543	349.010
Nordeste	16.339.661	60.825	4.736.466	9.557.776	1.984.594
Sudeste	20.617.965	81.301	8.900.128	8.117.508	3.519.028
Sul	6.761.224	39.537	3.193.292	2.644.093	884.302
Centro-Oeste	3.684.018	13.674	1.810.147	1.287.389	572.808

Fonte: INEP/MEC

## ENSINO SUPERIOR

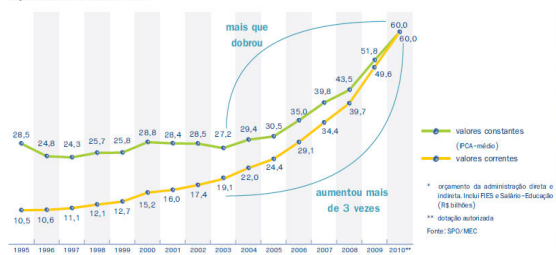
Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2005 e 2009

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	2005	2009
Brasil	4.453.156	5.115.896
Pública	1.192.189	1.351.168
Federal	579.587	752.847
Estadual	477.349	480.145
Municipal	135.253	118.176
Privada	3.260.967	3.764.728
Particular	1.753.184	2.899.763
Comun/Confes	1.507.783	864.965

Fonte: INEP/MEC

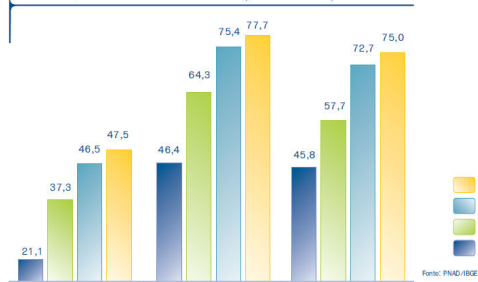
## ORÇAMENTO MEC\*

Dentre os fatores estruturais que contribuem para a ampliação e o aprimoramento das políticas públicas de educação no país, cabe ressaltar, ainda, o aumento do orçamento do MEC e do FNDE.



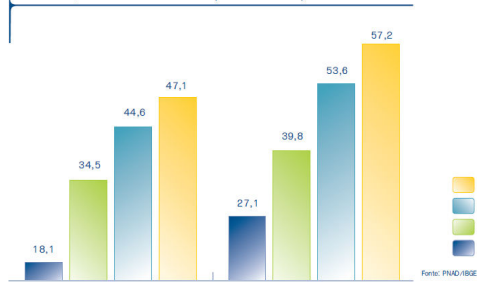
## Indicadores

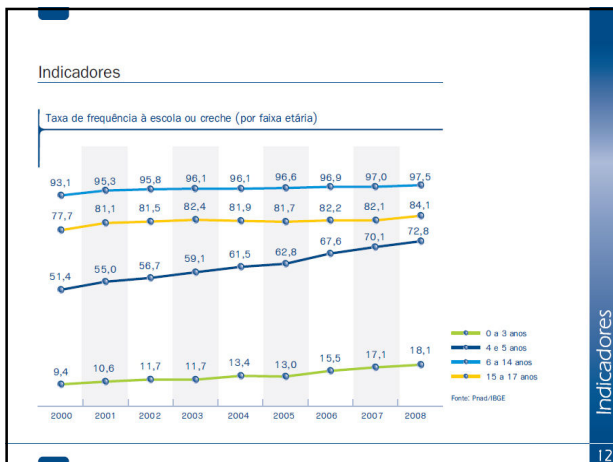
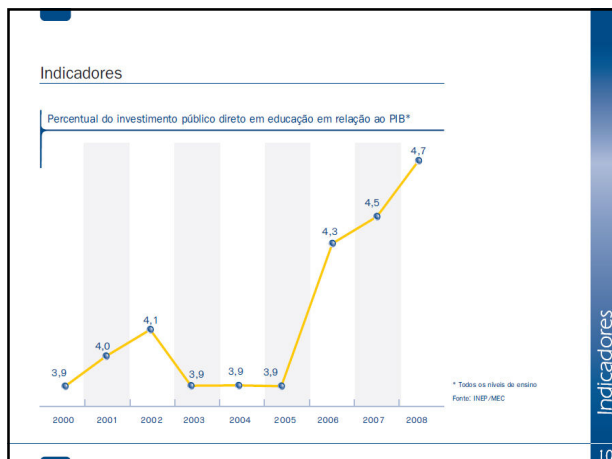
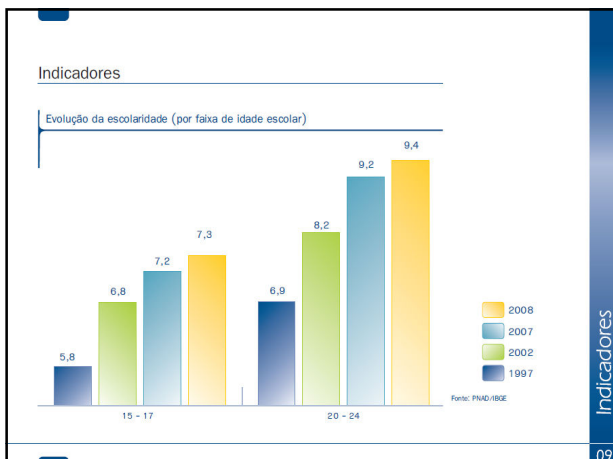
Percentual que concluiu o ensino fundamental (por idade escolar)



## Indicadores

Percentual que concluiu o ensino médio (por idade escolar)

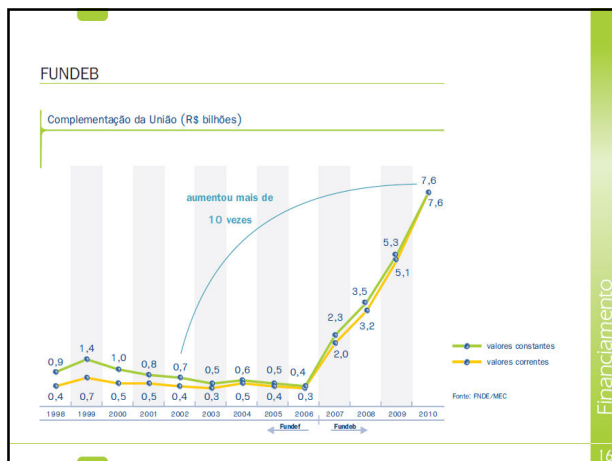


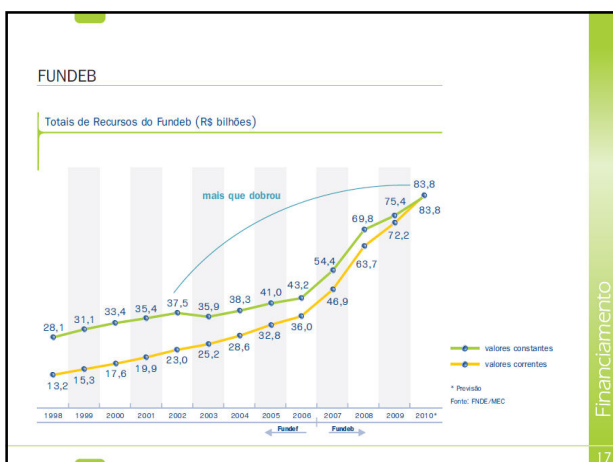


### FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Duas importantes emendas à Constituição Federal aprovadas:

- EC nº 53 de 2006
  - Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
  - Piso salarial nacional para o magistério da rede pública;
  - Extensão do Salário-Educação para toda a educação básica pública.
- EC nº 59 de 2009
  - Fim da DRU (Desvinculação das Receitas da União);
  - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, até 2016;
  - Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.





Financiamento

17

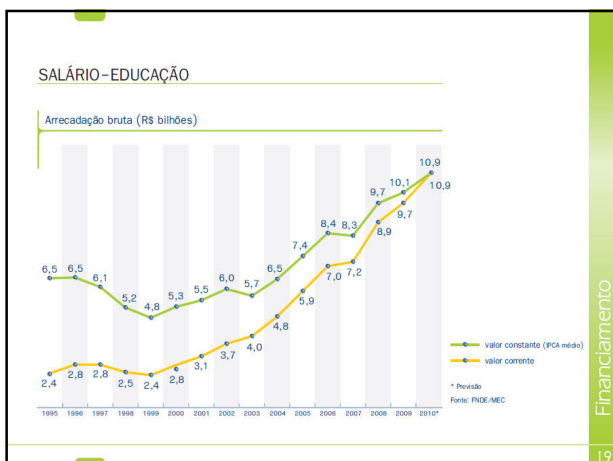
### SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Os recursos da contribuição social do Salário-Educação, antes destinados apenas ao ensino fundamental, podem, agora, financiar toda a educação básica, da creche ao ensino médio.

Em dezembro de 2003 (Lei nº 10.832/2003), a distribuição do Salário-Educação foi modificada, o que permitiu que os municípios recebessem diretamente parte do montante de recursos que anteriormente era destinada somente aos estados.

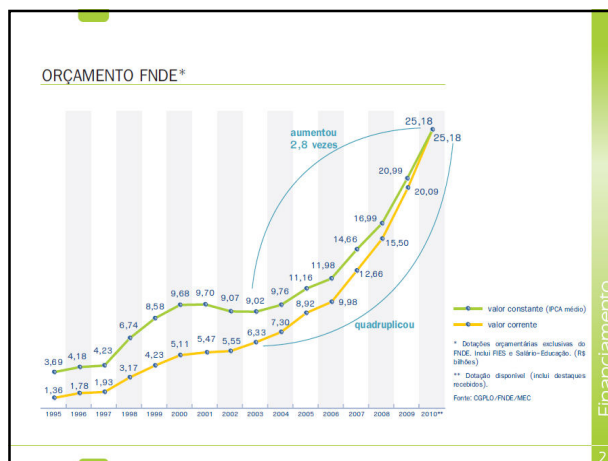
Financiamento

18



Financiamento

19



Financiamento

21



Valorização do Magistério

35

### PNAE

Alimentação escolar para os alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula.

- Reajuste do valor per capita/dia em 1.31% (entre 2003 e 2010).
- Com o PDE ocorreu a ampliação do atendimento para o ensino médio, educação de jovens e adultos e educação integral.

Evolução do valor per capita/dia (R\$)	2002	2003	2009	2010
Creche	-	0,18	0,44	0,60
Pré-escola	0,06	0,13	0,22	0,30
Ensino fundamental	0,13	0,13	0,22	0,30
Ensino médio	-	-	0,22	0,30
Educação de jovens e adultos	-	-	0,22	0,30
Escolas indígenas	0,13	0,34	0,44	0,60
Escolas quilombolas	0,13	0,13	0,44	0,60
Educação integral	0,13	0,13	0,66	0,90

Fonte: PICE/MEC

Assistência ao Aluno

37

### PNATE

Criado em 2004, consiste na transferência automática de recursos financeiros a municípios, estados e Distrito Federal para custear despesas com manutenção, reforma, combustível, seguro, licenciamento, impostos e taxas dos veículos ou embarcações utilizadas no transporte escolar de alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais.

\* A partir de 2006, o valor per capita/ano passa a ser diferenciado considerando a área do município, a população rural e o índice de população abaixo da linha de pobreza. É a partir de 2005, passou a ser considerado também o IdB.

2004	2005	2006 a 2008*	2009	2010
76,00	80,00	81,56 a 116,36*	88,13 a 125,72	120,73 a 172,24

Fonte: INEP/MEC

Assistência ao Aluno

40

### PROGRAMAS DO LIVRO

Prover as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado com obras didáticas e paradidáticas, inclusive livros acessíveis em braille e digitais em Libras. O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que complementa os programas do livro, atende da educação infantil ao ensino médio.

Ano	Conteúdo
1º ano - Ensino fundamental	Letramento e alfabetização linguística e alfabetização matemática
2º ano - Ensino fundamental	Letramento e alfabetização linguística e alfabetização matemática, ciências, geografia e história
3º ao 5º ano - Ensino fundamental	Matemática, língua portuguesa, ciências, história e geografia
6º ao 9º ano - Ensino fundamental	Matemática, língua portuguesa, ciências, história e geografia
Ensino médio	Matemática, língua portuguesa, história, geografia, biologia, química e física

A partir de 2011: língua estrangeira (inglês ou espanhol)  
A partir de 2012: língua estrangeira (inglês e espanhol), filosofia e sociologia

Assistência ao Aluno

42

### SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS

Criado em 2005, o programa apóia os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais para escolas de ensino regular, composta com equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização.

Salas de recursos multifuncionais adquiridas

Ano	Quantidade acumulada
2005	250
2006	626
2007	1.251
2008	5.551
2009	20.551
2010*	24.301

Fonte: SEESP/MEC  
\* previsão

Educação Especial

43

### INCLUSÃO

Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular

Ano	Matrículas em escolas especializadas e classes especiais (%)	Matrículas em escolas regulares - classes comuns (%)
1998	87,0	13,0
1999	83,1	16,9
2000	78,6	21,4
2001	79,9	20,1
2002	75,4	24,6
2003	71,2	28,8
2004	65,6	34,4
2005	59,0	41,0
2006	53,6	46,4
2007	53,0	47,0
2008	54,0	46,0
2009	60,5	39,5

Fonte: INEP/MEC

Educação Especial

45

### Piano de Ações Articuladas - PAR

Infraestrutura (construção, reforma e ampliação) e equipamentos para educação infantil e ensinos fundamental e médio.

Recursos conveniados com estados e municípios\* (R\$ milhões)

Ano	Recursos conveniados (R\$ milhões)
2007	1.226,6
2008	2.994,4
2009	5.180,4

\* Inclui:  
- escolas urbanas  
- escolas do campo  
- escolas indígenas  
- escolas em áreas remanescentes de quilombos  
- creches e pré-escolas  
- veículos do programa Caminho da Escola  
- mobiliário e equipamentos  
- formação  
- Brasil Profissionalizado  
Não inclui compartilhada

Fonte: FNDE/MEC

Educação Básica

47

### PROINFÂNCIA

Iniciado em 2007, o programa prevê construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil, por meio de assistência financeira aos municípios e Distrito Federal.

Proinfância	2007	2008	2009	2010*	Total
Municípios beneficiados	505	470	642	740	2.319**
Unidades convenciadas	524	497	700	800	2.521
Valor conveniado (R\$ milhões)	371,6	351,5	758,2	834,1	2.315,4

\* previsão  
\*\* a soma do período contemplou cada município somente uma vez

Fonte: FNDE/MEC

Educação Básica

49

### CAMINHO DA ESCOLA

Programa criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

Caminho da Escola	2008	2009	2010*	Total
Municípios que aderiram ao programa	1.134	2.103	2.360	4.660**
Veículos adquiridos	2.391	3.475	5.000	10.866
Recursos (R\$ milhões)	339,0	586,1	943,0	1.868,1

\* Previsão  
\*\* a soma contempla cada município que aderiu ao programa  
Fonte: FNDE/MEC

Educação Básica

52

### PROINFO

Uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na rede pública de educação básica. Reformulado em 2007, com a ampliação do seu escopo, o programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais digitais, bem como oferta cursos de formação continuada aos professores e gestores das escolas, voltados para o uso didático-pedagógico das TICs.

Número de laboratórios Proinfo adquiridos

\* Previsão  
Fonte: SEED/MEC

Educação Básica

54

### MAIS EDUCAÇÃO

Criado em 2007, o programa Mais Educação promove a educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, com vistas a ampliação do tempo e do espaço educativo das redes de ensino públicas.

Municípios beneficiados

Recursos repassados (R\$ milhões)

Fonte: SECAD/MEC  
\* previsão

Educação Básica

59

### BRASIL ALFABETIZADO

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado em 2003 para universalizar a alfabetização de brasileiros de 15 anos ou mais. Com o PDE (2007), ele foi reestruturado, e atualmente é desenvolvido em todo o território nacional, com atuação mais intensa nos 1.928 municípios com taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%.

Já são mais de 11 milhões de jovens e adultos beneficiados desde 2003. A previsão é atender 2,5 milhões no ciclo 2010.

Alfabetização e Educação Continuada

66

### PNLA e PNLD EJA

A partir de 2008 as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado passaram a receber livros didáticos com vistas a alfabetização e a escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais. A partir de 2011, o PNLD EJA distribuirá as obras didáticas para todas as escolas públicas e entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado com turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental de jovens e adultos.

Recursos (R\$ em milhões)

\* Previsão. Inclui recursos do PNLA 2010 e PNLD EJA 2011 (estabelecido desde os dados em 2010 e a distribuição em 2011)  
Fonte: FNDE/MEC

Alfabetização e Educação Continuada

68

### Censo da Educação Básica

Matrículas na educação profissional\* (em milhares)

\* Inclui ensino médio integrado à educação profissional, e educação profissional de nível técnico concomitante e subsequentes  
Fonte: Inep/MEC

Educação Profissional e Tecnológica

70

### EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O processo de criação de instituições federais de educação profissional foi restringido com a publicação da Lei nº 9.649/98, que transferia para entes estaduais, municipais ou privados a administração de qualquer unidade que eventualmente fosse construída. Com a aprovação da Lei nº 11.195/2005 voltou a ser facultada à União a possibilidade de retomar as ações de implantação de novas unidades de ensino técnico/agrotécnico.

Atualmente são 38 Institutos Federais com a missão de orientar a oferta de educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo e fortalecer os arranjos produtivos locais. Oferecem vagas em cursos de nível médio, nível médio integrado, licenciatura, superior em tecnologia e pós-graduação.

Educação Profissional e Tecnológica

71

### EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

	Janeiro de 2003	Abril de 2010	2011
Unidades	140	136 novas funcionando Total: 276 funcionando	354 (214 novas)
Municípios atendidos*	118	237 municípios atendidos por câmpus em funcionamento	320

\* municípios atendidos por mais de uma unidade foram contados somente uma vez  
Fonte: SETEC/MEC

Educação Profissional e Tecnológica

72

### EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Linha do tempo da criação/federalização das unidades\*

\* os números correspondem às unidades criadas ou federalizadas pelas presenças

Educação Profissional e Tecnológica

73

### BRASIL PROFISSIONALIZADO

Criado em 2007, o programa objetiva o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio do repasse de recursos para que os estados invistam em suas escolas técnicas.

Convênios celebrados				
	2008	2009	2010*	Total
Construção de escolas (quantidade)	46	83	50	179
Reformas e ampliações (quantidade)	230	304	15	549
Investimentos (R\$ milhões)	525,0	720,2	384,0	1.629,2

\* Previsão  
Fonte: SETEC/MEC

Educação Profissional e Tecnológica

77

### PROEJA

Criado em 2005, o Proeja abrange cursos que proporcionam formação profissional com a escolarização para jovens e adultos.

- 3.004 professores em capacitação (especialização) 2009

Alunos matriculados em cursos Proeja (em milhares)

Fonte: SETEC/MEC

Educação Profissional e Tecnológica

81

### REFORMA DO SISTEMA S

Em 2008, foi promovida a reforma do Sistema S (Sesi, Sesc, Senai e Senac). De acordo com a nova legislação, Senac e Senai deverão aplicar 2/3 de sua receita na oferta de cursos técnicos gratuitos para jovens de baixa renda, e Sesi e Sesc deverão aplicar 1/3 de sua receita. Em 2009, foram 260,3 mil matrículas gratuitas.

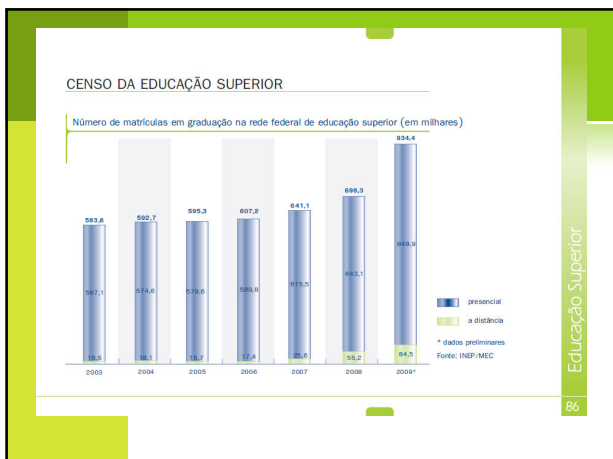
Matrículas gratuitas - 2009		
SENAC	FIC	83.214
	Cursos técnicos	5.333
SENAI	FIC	156.145
	Cursos técnicos	15.573
Total		260.265

Fonte: SETEC/MEC

Educação Profissional e Tecnológica

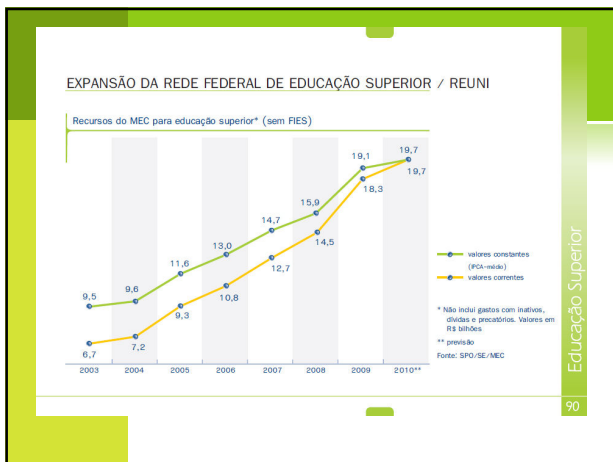
83





### EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR / REUNI

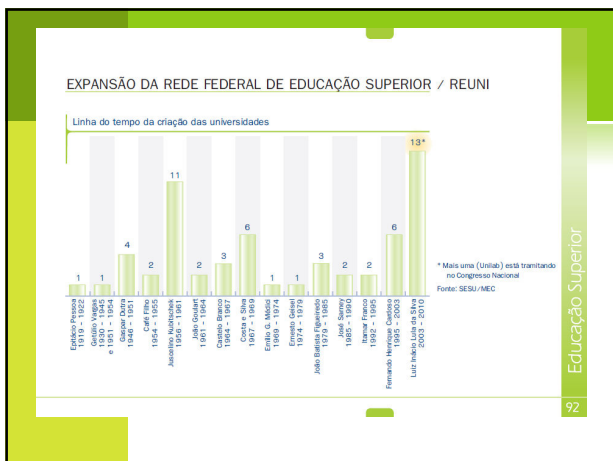
Desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão.



### EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR / REUNI

	2003	Fevereiro de 2010	2011
Universidades	45	57 funcionando 1 em implantação (Unila) 1 tramitando no Congresso Nacional (Unilab)	59 (14 novas)
Câmpus e unidades	148	124 novos, sendo 117 funcionando Total: 265 funcionando	282 (134 novos)
Municípios atendidos*	114	223 municípios atendidos por câmpus em funcionamento	237

\* municípios atendidos por mais de um câmpus foram contados somente uma vez  
Fonte: SESU/MEC



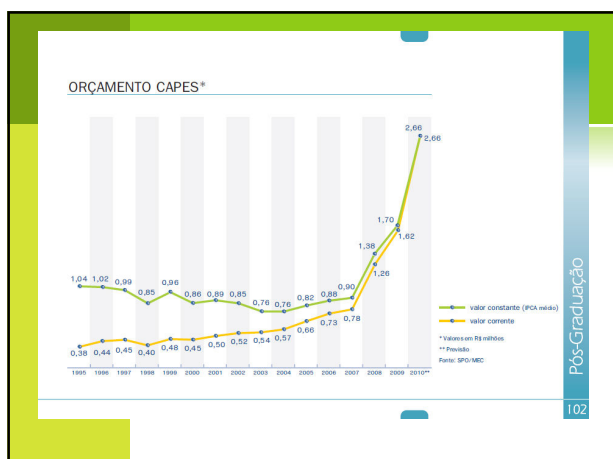
### PROUNI

Institucionalizado em 2005, o Prouni promove o acesso ao ensino superior de estudantes de baixa renda, a partir da concessão de bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior.

De 2005 ao 1º semestre de 2010 foram ocupadas 704.637 bolsas, sendo:

- 47% dos bolsistas afrodescendentes;
- 69% das bolsas integrais;
- 90% dos cursos presenciais (74% noturno).

Meta: 720 mil bolsas até o final de 2010



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Município, Federação e Educação: História das Instituições e das idéias políticas no Brasil.** 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. Direito à educação básica: a cooperação entre os entes federados. Retratos da Escola, v. 4, n. 7, p. 231-242, jul./dez. 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial. Serviço Público com qualidade, s/d.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394 de 1996.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53** de 19 de dezembro de 2006.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59** de 11 de novembro de 2009.
- MEC. **Sinopse das Ações do Ministério da Educação.** Brasil, 2010.

## ATIVIDADE Nº 01

- O condicionamento é um processo de aprendizagem e modificação de comportamento através de mecanismos estímulo-resposta sobre o sistema nervoso central do indivíduo. Esse processo é vinculado ao Behaviorismo ou Comportamentalismo, que é o conjunto de ideias presente na Psicologia que vê o comportamento como único, devendo ser o objeto de estudo da Psicologia. (Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilestudo.uol.com.br/psicologia/condicionamento.htm>> Acesso em: 02 ago. 2017)
- De acordo com o fragmento de texto Brasil Escola (2017) como podemos conceber o processo de transição para o ingresso do (a) aluno (a) na Educação Infantil. Reflita sobre os primeiros contatos que a criança e família tem na Educação.